

Sumário

PREFÁCIO	5
PESQUISA, ESTRUTURAÇÃO E REVISÃO	7
AGRADECIMENTOS	11
CAPÍTULO 1. BREVÍSSIMA NOTA INTRODUTÓRIA	15
CAPÍTULO 2. SOBRE AS ORIGENS: MODULAÇÃO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	25
2.1. Decisões de controle concentrado de constitucionalidade.....	25
2.2. Decisões de controle difuso – o recurso extraordinário como precedente vinculante.....	44
CAPÍTULO 3. QUAL O SENTIDO JURÍDICO DA MODULAÇÃO? A MUDANÇA DA JURISPRUDÊNCIA É SEMPRE BEM-VINDA? COMO FICA A SEGURANÇA JURÍDICA? OS “POROS” DO DIREITO	51
CAPÍTULO 4. A PROTEÇÃO DA CONFIANÇA COMO DIMENSÃO SUBJETIVA DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA: PRESSUPOSTO PRIMEIRO DE INCIDÊNCIA DO ART. 927, § 3º, DO CPC; APONTAMENTOS HISTÓRICOS	81
CAPÍTULO 5. EFEITOS DAS DECISÕES: QUANTO ÀS PARTES E QUANTO À SOCIEDADE (= CARGA NORMATIVA)	99
a) Quanto às partes	99
b) Quanto à sociedade (= carga normativa)	106
5.1. Precedentes vinculantes – carga normativa máxima.....	124
5.2. A súmula vinculante – um caso especial	133
5.3. Termo inicial da eficácia do precedente – o problema da <i>ratio</i> e da tese	137
CAPÍTULO 6. PANORAMA GERAL DA PREOCUPAÇÃO COM A MODULAÇÃO – ÓBICES TEÓRICOS	163

CAPÍTULO 7. ALTERAÇÃO DA ORIENTAÇÃO CONSTANTE DE JURISPRUDÊNCIA FIRME, DE PRECEDENTES E SÚMULAS VINCULANTES.....	207
7.1. O juízo de superação como juízo autônomo e imprescindível, anterior à própria superação	207
7.2. O CPC e o juízo de superação	213
7.3. As mudanças da jurisprudência dominante do STF e do STJ.....	216
7.4. As mudanças de entendimento adotado em julgamento de casos repetitivos (IRDR e recursos repetitivos)	238
7.5. A Súmula 343	241
CAPÍTULO 8. EM QUE CONSISTEM A MODULAÇÃO E AS TÉCNICAS CORRELATAS?	249
8.1. Espécies de modulação	249
8.2. As técnicas do julgamento alerta e da sinalização	252
8.2.1. Regras de transição	254
8.3. Que decisões podem ter seus efeitos modulados?	259
8.4. Aspectos procedimentais – a decisão sobre a modulação	265
8.4.1. Quem pode modular? Qual o momento em que se deve decidir sobre a modulação?	265
8.4.2. Desnecessidade de pedido expresso das partes – dever do Judiciário de manifestação sobre modulação	271
8.4.3. Embargos de declaração.....	273
8.4.4. Quórum diferenciado?.....	278
8.4.5. Necessidade de manifestação de todos os integrantes do órgão colegiado	280
8.4.6. Necessidade de fundamentação específica	282
8.4.6.1. Os argumentos consequentialistas	285
8.4.7. Estabilidade da decisão sobre a modulação	293
CAPÍTULO 9. QUANDO DEVE HAVER MODULAÇÃO?.....	301
9.1. Critérios que indicam quando deve haver modulação	301
9.1.1. Modulação a favor do Estado	349
9.1.1.1. O consequentialismo nas decisões em que a modulação favorece o Estado.....	359
9.2. Casos em que não houve superação, mas houve modulação	365
BIBLIOGRAFIA.....	383